



JusDh

ARTICULAÇÃO JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

O ano de 2017 termina marcado por recuos significativos no que se refere à garantia de direitos, o que exige das organizações e movimentos sociais brasileiros, mais do que nunca, a ampliação da luta por uma agenda política voltada para a democratização da Justiça, especialmente em sua relação com a efetivação dos direitos humanos no Brasil.

Por isso, ao longo do ano que se encerra, as entidades que integram a JusDh se dedicaram a ampliar essa luta, aprofundando e qualificando a análise e a atuação das organizações de direitos humanos e movimentos sociais, especialmente em relação ao Judiciário, seja na produção de informação, na realização de atividades de formação, no monitoramento das agendas legislativa e política ou em ações de incidência institucional. Confira os principais marcos de atuação da rede em 2017 neste boletim especial.

A JusDh – Articulação Justiça e Direitos Humanos atuou, em janeiro, no pedido de acesso à informação e revisão da Resolução do CNJ sobre patrocínio de eventos; em fevereiro, enviou Carta Aberta por transparência e participação social nos processos de nomeação de Ministros/as do Supremo Tribunal Federal, além de um ofício com perguntas e pedido de audiência pública sobre a indicação de Alexandre de Moraes ao STF. Em fevereiro, produziu também uma campanha gráfica sobre “Como acontece o processo de nomeação de ministros e ministras do STF?”.

1º trimestre de 2017

DENÚNCIA À PRESIDÊNCIA DO CNJ



JusDh repudia resposta do CNJ que mantém patrocínio empresarial em eventos da magistratura

A Articulação Justiça e Direitos Humanos repudia resposta do Conselho Nacional de Justiça que afirma que desde outubro de 2013 está suspensa a norma que regula o financiamento privado a eventos da magistratura (Resolução 170/2013), pela existência de processo judicial no Supremo Tribunal Federal.

Em 2013

Trata-se do Mandado de Segurança 32040, em que a liminar pretendida para a suspensão da norma não foi concedida pelo relator, Ministro Celso de Mello, e, portanto, a Resolução poderia estar em plena vigência até decisão judicial em sentido contrário.

A resposta do CNJ decorre de questionamento da Articulação Justiça e Direitos Humanos – JusDh, feito por meio da Lei de Acesso à

Informação, visando obter dados sobre o monitoramento da norma, a fiscalização por parte do CNJ e as providências tomadas no caso de descumprimento.

As brechas existem

Apesar de conter diversas lacunas, a Resolução 170/2013 do CNJ é a única norma existente que regulamenta o patrocínio por empresas a eventos da magistratura e a participação de magistrados nestes eventos.

Com a suspensão arbitrária da norma, permanece o potencial destas práticas em violar o dever de imparcialidade dos magistrados, o princípio da independência e autonomia do Judiciário, o que é reconhecido pelo próprio CNJ.

A sociedade brasileira depara-se cada vez mais com eventos jurídicos que contam com a participação de magistrados, patrocinados por grandes empresas, inclusive aquelas classificadas como as maiores litigantes no país, bem como por escritórios de advocacia e entidades de classe.

Estes fatos provocam indignação, no mínimo porque essas ações judiciais serão decididas pelo público alvo do evento ao qual essa empresa vincula sua imagem e mensagem institucional, investindo, assim, em uma relação privilegiada de proximidade com os magistrados, ainda que simbólico, o que certamente pode comprometer a imparcialidade dos mesmos.

<http://www.jusdh.org.br/?p=1895>

CARTA ABERTA



A JusDh divulgou no dia 2 de fevereiro de 2017 uma carta aberta que compila uma série de problemáticas em relação à escolha e nomeação do/a novo/a Ministro/a do Supremo Tribunal Federal (STF) e expressa a preocupação das entidades da Articulação com falta de transparência e diálogo com a sociedade.

Enviado a Michel Temer e Alexandre Moraes, o documento requer a regulamentação do processo de nomeação de Ministros/as, com procedimentos que garantam a chamada pública de candidaturas, aliada a etapas de divulgação das candidaturas, consulta pública quanto aos perfis dos candidatos e participação da sociedade nas sabinas.

Ainda, a carta exige que o compromisso com os direitos humanos, as perspectivas de gênero e raça sejam critérios estruturantes para escolha de novos membros do STF.

Apoiado por todas as entidades que compõem a Articulação Justiça e Direitos Humanos, o documento está aberto à adesão de organizações, entidades e movimentos sociais.

>> Leia a carta na íntegra:

<http://www.jusdh.org.br/?p=1843>



Com a morte de Teori Zavascki, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), e a indicação do jurista Alexandre de Moraes para a vaga, a Articulação Justiça e Direitos Humanos explicou um pouco mais como funciona o processo de escolha de ministros e ministras do STF.

Confira : <http://www.iusdh.org.br/?p=1865>

2º trimestre de 2017

Em maio, a JusDH participou de audiência na CIDH para apresentação de casos de violação ao princípio da independência judicial e publicização do tema junto à mídia brasileira. A rede, nesse período, seguiu denunciando a captura corporativa de empresas e produziu memoriais sobre política de cotas para conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

REPERCUSSÃO

Brasil de Fato

Entrevista ao Brasil de Fato sobre captura corporativa de empresas

Judiciário do Brasil custa mais caro e tem menos juízes que o da Alemanha

Maria Eugenia Trombini, advogada e integrante da Articulação Justiça e Direitos Humanos, concedeu entrevista ao portal Brasil de Fato em maio de 2017.



“O sistema é ineficiente por conta do número de processos que entram para apreciação dos magistrados. É um custo bastante alto que não garante o acesso à Justiça da maior parte da população”, diz. “Na verdade, quem mais demanda a Justiça é o próprio Estado e as companhias áreas, de telefonia e os bancos, que são os maiores litigantes”, defende Trombini.

MEMORIAIS SOBRE POLÍTICA DE COTAS PARA CONSELHEIROS DO CNMP



Conselho Nacional Do Ministério Público vai debater propostas para políticas de ações afirmativas

Foram debatidas as propostas de resolução para instituir políticas de ações afirmativas nos concursos para os Ministérios Públicos e CNMP.

A JusDh elaborou documento direcionado aos conselheiros do CNMP defendendo que o órgão “adote medidas de ação afirmativa para o ingresso na sua carreira, como uma forma de garantir a pluralidade e representatividade da instituição, garantindo o compromisso com a efetivação dos Direitos Humanos e a efetivação dos objetivos fundamentais da República trazidos pela Constituição Federal”, apontam.



REPERCUSSÃO

Ações Afirmativas no MP: sinalizações para o enfrentamento ao racismo estrutural?

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, no dia 13 de junho, por maioria, duas propostas de resolução que instituem, respectivamente, reserva aos negros de 20% das vagas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos no CNMP e de ingresso nas carreiras do Ministério Público brasileiro.

O procedimento administrativo teve como parte interessada a organização Educafro e contou com manifestação da Articulação Justiça e Direitos Humanos – JusDh.

A adoção da resolução, em especial, no Ministério Público é mais uma fronteira transposta no campo de democratização do sistema de justiça.

Confira [artigo](#) das integrantes da JusDh Allyne Andrade e Sheila de Carvalho publicado no Portal Justificando



Entrevista sobre Independência judicial de magistrados concedida ao Portal Justificando

Denúncia sobre independência judicial de magistrados na CIDH ganha repercussão

Assista à [entrevista](#) concedida na última quinta-feira (29/6) pela advogada Maria Eugênia Trombini, integrante da JusDH e da Terra de Direitos, ao portal Justificando, sobre a denúncia feita na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em maio sobre o desrespeito à independência judicial e à liberdade de expressão de magistrados e magistradas brasileiros.

Confira também o [vídeo](#) com a íntegra da audiência.

O documento com o pedido de audiência pode ser acessado [aqui](#).

-> [Leia o documento na íntegra](#)

-> [Assista à 9ª Sessão Ordinária de 2017 do CNMP:](#)

3º trimestre de 2017

Em setembro, a JusDh participou do Encontro Nacional da Renap, além de atividades de formação interna no Cendhec, em Recife, e rodas de diálogo com presença de promotores de justiça, organizações de direitos humanos, estudantes e movimentos sociais. Realizou, em Fortaleza, em parceria com o Fórum Justiça, um debate sobre litigância estratégica e Defensoria Pública e participou de um seminário na USP/Ribeirão Preto sobre litigância estratégica e ocupações. Em agosto, colaborou na construção de oficina sobre STF com presença da ex-Ministra da Justiça da Alemanha, em São Paulo, e participou de atividade da Rede Desc, no México.



Encontro Nacional da Renap

Entre os dias seis e dez de setembro de 2017, cerca de cento e vinte advogadas e advogados militantes de todas as regiões do país se reuniram em Belo Horizonte (MG) para o XXII Encontro Nacional da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP). Também estiveram presentes organizações da sociedade civil e movimentos populares ligados à defesa dos direitos humanos no Brasil. Pensamos a nossa atuação diante de uma conjuntura internacional de ascenso neoliberal amparado em uma elite conservadora.



JusDH participa de roda de diálogo sobre o Sistema de Justiça e Direitos Humanos em Pernambuco

O Cendhec (Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social) e o Centro Popular de Direitos Humanos, em parceria com a Terra de Direitos e a Articulação Justiça e Direitos Humanos – JusDh, realizaram em setembro, em Recife (PE), a segunda roda de diálogo Um Olhar sobre a Cidade, com o tema “Sistema de Justiça e Direitos Humanos no novo Contexto”.



Realizado, em Fortaleza, em parceria com o Fórum Justiça, em debate sobre litigância estratégica e Defensoria Pública

Com o intuito de fortalecer boas práticas e difundir conhecimentos em torno da atuação da Defensoria Pública junto aos movimentos sociais, promoveu, nos dias 21 e 22 de setembro, o Seminário “Litigância estratégica e direito de resistência: desafios para a Defensoria pública e movimentos sociais”. A advogada da JusDH, Luciana Pivato, participou do painel “Litigância estratégica em Direitos Humanos na Defensoria Pública: horizontes teóricos e experiências”.



Entidades debatem caminhos para o STF com ex-ministra de Justiça da Alemanha

Em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES), a Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDH) promoveu, no dia 10 de agosto, em São Paulo, a oficina “Supremo Tribunal Federal (STF): reformar para democratizar”.

A atividade contou com a participação da ex-ministra da Justiça alemã Herta Däubler-Gmelin (que exerceu o cargo entre 1998 e 2002) e teve como objetivo contribuir para o debate público sobre a natureza e composição do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro a partir de reflexões das e dos participantes.

– integrantes de entidades da sociedade civil que visam a democratização da Justiça – e da análise de experiências de processos de outros países, como a Alemanha.



A JusDH participou, no dia 20 de setembro de 2017, do seminário Justiça e Realidade Brasileira, em Ribeirão Preto. Além das mesas de debates, que trouxeram os temas Justiça e realidade brasileira; Justiça, justiça e seus processos e Criminologia e sistema de justiça criminal em uma perspectiva feminista, aconteceu o lançamento do livro “Diálogos sobre justiça e conflitos fundiários urbanos: caminhando da medição para a efetivação dos direitos humanos” da editora Terra Direitos e autoria de Maria Eugenia Trombini e Matheus Mafrá.

Confira o livro [aqui](#)

4º trimestre de 2017

Em outubro de 2017, foi realizada em Brasília uma formação sobre o STF, momento de apresentação da rede e suas demandas à Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público e à Presidência da Associação Nacional dos Defensores Públicos. A rede também atuou na construção e realização de reunião e oficina com Conselho de Ouvidorias das Defensorias Públicas e Fórum Justiça. Neste mesmo período foi publicado o artigo "O STF e os direitos territoriais dos Quilombolas". Em novembro, ocorreu a denúncia no Fórum de Empresas e DHs em Genebra sobre a captura corporativa a partir do caso brasileiro do financiamento empresarial de eventos e pagamento de honorários para a magistratura.

CONSTRUÇÃO COLETIVA



Nos dias 03 e 04 de outubro, o Fórum Justiça, o Conselho de Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas e a Articulação Justiça e Direitos Humanos realizaram em Curitiba oficina dedicada a debater os 10 anos de implementação de uma agenda de democratização da justiça a partir do exemplo das Ouvidorias Externas da Defensoria Pública.

Foi um momento de diagnóstico, prognóstico e definição de pautas conjuntas cruciais para os futuros debates e caminhos a serem trilhados por uma justiça democrática e participativa.

Os documentos e relato da oficina serão em breve disponibilizados. Vida longa às estratégias de democratização da justiça! Sem ouvidorias externas não há democracia na justiça.

OFICINA DEBATE DESENHO INSTITUCIONAL DO STF E REUNIÃO DAS AÇÕES DO PLANO DE TRABALHO



Avançar na investigação e nos debates acerca de um novo desenho institucional para o Supremo Tribunal Federal (STF) foi o objetivo da oficina "Caminhos para o STF que queremos", realizada pela JusDh dia 1º de novembro (1/11), em Brasília.

A atividade, que reuniu representantes das entidades filiadas à rede e acadêmicos da área do Direito, discutiu caminhos para a qualificação da incidência do coletivo da JusDh sobre o tema – trabalho iniciado há anos e que já obteve como resultado inicial a alteração do regimento do Senado, que criou um portal através do qual perguntas da sociedade podem ser enviadas aos candidatos e candidatas sabatinados à Corte.



"Começamos, também, a discutir e a apresentar critérios que orientassem a escolha dos ministros, porque precisamos responder qual STF queremos. Todo o tempo somos surpreendidos por notícias sobre como essas mudanças devem ocorrer, e precisamos apresentar também o nosso ponto de vista", afirmou Luciana Pivato, integrante do Comitê Animador da JusDh e da Terra de Direitos.

Confira a matéria na íntegra:
<http://www.jusdh.org.br/?p=2018>

Artigo O STF e os direitos territoriais

A Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDh) tem denunciado o sistema de Justiça por sua ação/omissão face ao racismo institucional e estrutural. E, nesse sentido, tem buscado relacionar, produzir informação e dialogar com a sociedade sobre a importância das ações anti-racistas, a exemplo das ações afirmativas, como meio para avançar na democratização da Justiça. De igual forma, entende que não há democratização completa do país sem o reconhecimento de direitos étnicos.

Tanto a Lei de Cotas como o Decreto nº 4.887/2003 são normativas que tratam do dever de reparação histórica da escravidão e do racismo dela decorrente na sociedade brasileira. E é por isso que espera-se que o STF mantenha sua coerência e entenda pela improcedência da ADI nº 3239 — reconhecendo, assim, a constitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003.

Leia [artigo completo](#) de Allyne Andrade, Layza Queiroz, Larissa Vieira e Luciana Pivato integrantes da JusDh no Portal Justificando



INTERFERÊNCIA DE EMPRESAS NO ACESSO DA POPULAÇÃO À JUSTIÇA NO BRASIL É DENUNCIADA EM GENEBRA
ACOMPANHE A JUSDH NAS REDES SOCIAIS


Denunciar o patrocínio corporativo a eventos jurídicos e a atuação de litigância das grandes empresas em violações aos Direitos Humanos, que dificultam o acesso das comunidades a soluções efetivas, foi o objetivo de painel do qual a JusDh e a Terra de Direitos participaram em 29 de novembro, durante o Fórum de Empresas e Direitos Humanos da ONU em Genebra, na Suíça.



Promovida pela Rede Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Rede DESC), a sessão apresentou e discutiu diferentes exemplos de interferência judicial, além de estratégias utilizadas pela sociedade civil para enfrentar a captura corporativa. A proposta foi identificar tendências mais amplas da influência que empresas exercem sobre procedimentos e regras de cortes que provêm decisões favoráveis às corporações e impedem o acesso das vítimas à reparação.

Maria Eugênia Trombini, assessora jurídica da Terra de Direitos, apresentou os principais eixos de ação da Articulação Justiça e Direitos Humanos –rede nacional composta por entidades e organizações de assessoria jurídica e movimentos sociais – acerca do tema, como a denúncia do patrocínio de eventos da magistratura (por meio do qual as empresas financiam e participam ativamente de congressos, seminários e cursos para juízes, desembargadores e ministros) e o pagamento de honorários para realização de palestras em eventos promovidos pelas empresas.

Ela apresentou, ainda, denúncia sobre a captura do Judiciário pela Fundação Renova em relação à tragédia de Mariana, ocorrida em Minas Gerais em novembro de 2015.

<http://www.jusdh.org.br/?p=2051>



[@jusDHarticula](https://www.facebook.com/jusDHarticula)



[@jusDH](https://twitter.com/jusDH)



Que 2018 nos una e nos fortaleça ainda mais para os desafios que se aproximam!